



Temas Abordados: Campanha Mundial “Construindo Cidades Resilientes, Plataforma Global para a Redução do Risco de Desastres – Sendai e a sua integração com Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Acordo de Paris, Habitat III e a Cúpula Humanitária para a resiliência a desastres.

PUBLICAÇÃO: 16/09/2019



Dia Internacional da Redução do Risco de Desastres

O Dia Internacional da Redução do Risco de Desastres começou em 1989, após uma convocação da Assembleia Geral das Nações Unidas por um dia para promover uma cultura global de conscientização de riscos e redução de desastres. Realizado a cada 13 de outubro, o dia celebra como as pessoas e comunidades em todo o mundo estão reduzindo sua exposição a desastres e conscientizando sobre a importância de controlar os riscos que enfrentam. A edição de 2019 continua como parte da campanha "Sendai Seven", centrada nos sete alvos do Marco de Sendai. **Este ano, o foco será o alvo (d) da Estrutura de Sendai, reduzirá os danos causados por desastres à infraestrutura crítica e a interrupção dos serviços básicos.**

FONTE: https://www.preventionweb.net/files/61909_logoidrr.jpg



Linhas de vida: a oportunidade de infraestrutura resiliente

A infraestrutura - eletricidade, telecomunicações, estradas, água e saneamento - é central na vida das pessoas. Sem ele, eles não podem ganhar a vida, permanecer saudáveis e manter uma boa qualidade de vida. O acesso à infraestrutura básica também é um fator essencial do desenvolvimento econômico. **Este relatório estabelece uma estrutura para entender a resiliência da infraestrutura -a capacidade dos sistemas de infraestrutura de funcionar e atender às necessidades dos usuários**

durante e após um risco natural. Ele se concentra em quatro sistemas de infraestrutura essenciais à atividade econômica e ao bem-estar das pessoas: sistemas de energia, incluindo geração, transmissão e distribuição de eletricidade; água e saneamento - especialmente serviços de água; sistemas de transporte - vários modos, como estradas, trilhos, hidrovias e aeroportos e várias escalas, incluindo trânsito urbano e acesso rural; e telecomunicações, incluindo conexões telefônicas e à Internet.

FONTE: <http://documents.worldbank.org/curated/en/596481561015364731/pdf/Lifelines-The-Resilient-Infrastructure-Opportunity.pdf>



GLOBAL
COMMISSION ON
ADAPTATION

Adapte-se agora: um apelo global à liderança em resiliência climática

O relatório explora como transformar os principais sistemas econômicos, tornando-os mais resilientes e produtivos. A análise conclui que a adaptação climática pode produzir retornos econômicos significativos: a taxa geral de retorno dos investimentos em maior resiliência é alta, com taxas de benefício-custo variando de 2: 1 a 10: 1 e, em alguns casos, até mais altas.

O relatório conclui especificamente que investir US \$ 1,8 trilhão em todo o mundo em cinco áreas entre 2020 e 2030 pode gerar US \$ 7,1 trilhões em benefícios líquidos totais. As cinco áreas de adaptação climática que o relatório considera são: sistemas de alerta precoce, infraestrutura resistente ao clima, agricultura agrícola melhorada, proteção de manguezais e investimentos para tornar os recursos hídricos mais resilientes. Eles representam apenas uma parte do total de investimentos necessários e do total de benefícios disponíveis.

Para garantir que os impactos, riscos e soluções climáticos sejam levados em consideração na tomada de decisões em todos os níveis, o relatório pede revoluções em três áreas: entendimento, planejamento e finanças. Também explora como essas mudanças importantes no sistema podem ser aplicadas em sete sistemas interligados: comida, ambiente natural, água, cidades, infraestrutura, gerenciamento de riscos de desastres e finanças.

FONTE: https://cdn.gca.org/assets/2019-09/GlobalCommission_Report_FINAL.pdf

Brasileira cria tecnologia que rastreia biodiversidade utilizada em produtos

Os países da América Latina e Caribe abrigam uma enorme variedade de biomas e biodiversidade – recursos vitais para economia, regulação climática, alimentação e subsistência das populações. Mas para que esta riqueza natural se converta em benefícios para as pessoas e o planeta, ela precisa ser explorada de forma sustentável.

A Convenção sobre Diversidade Biológica de 1992, assinada por 193 países, estabeleceu as diretrizes globais para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade. Ela também abordou a exploração dos recursos genéticos, bem como de conhecimentos tradicionais de comunidades, em um protocolo adotado em 2010, o Protocolo de Nagoya.

Os países que assinaram e ratificaram este acordo precisam implementar uma série de mecanismos domésticos e órgãos de supervisão para monitorar o uso da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais, bem como garantir a distribuição justa, transparente e equitativa dos benefícios resultantes da exploração comercial destes recursos.

Inspirada no Protocolo de Nagoya e pensando em facilitar a implementação e a transparência deste acordo e de seus mecanismos, a jovem empreendedora brasileira Bárbara Schorchit criou a GENECOIN. O projeto é uma plataforma que usa tecnologia blockchain e machine learning para rastrear a biodiversidade usada nos produtos, permitindo que as empresas tenham confiança, segurança jurídica e transparência ao longo de suas cadeias de suprimentos.

Aliada à implementação de contratos inteligentes (smart contracts, em inglês), a GENECOIN busca garantir que todas as partes interessadas sejam compensadas de maneira justa, equitativa e transparente.

O Prêmio Jovens Campeões da Terra, apoiado pela empresa alemã Covestro, é a principal iniciativa da ONU Meio Ambiente para jovens com soluções inovadoras para enfrentar os principais desafios ambientais do nosso tempo.

Bárbara é finalista do prêmio Jovens Campeões da Terra na América Latina e Caribe e conversou com a ONU Meio Ambiente sobre seu projeto inovador.

ONU Meio Ambiente: Como você criou a GENECOIN e o que a levou a trabalhar com economia da biodiversidade?

Bárbara Schorchit: Antes de começar a GENECOIN, trabalhei em uma startup de biotecnologia, onde descobri sobre patrimônio genético da biodiversidade e fiquei mais consciente sobre como a economia da biodiversidade pode gerar ganhos reais mantendo as florestas em pé.

Na época, a questão era um pouco sensível e turbulenta, pois o Brasil não havia ratificado o Protocolo de Nagoya e a legislação nacional recém-criada para o tema estava causando dúvidas e insegurança jurídica em empresas e pesquisadores.

Ao observar a situação, me interessei pela tecnologia blockchain e percebi o seu potencial para facilitar elementos como compliance e transparência. Assim, criei a GENECOIN, uma plataforma para que as empresas gerenciem a bioprospecção com auditoria em tempo real de seus custos.

Esses contratos inteligentes podem receber informações sobre novas espécies que determinada empresa está estudando, bem como do produto proveniente de cada espécie e o valor comercial associado a ela.

ONU Meio Ambiente: Quais são os benefícios que a bioprospecção cria para comunidades locais?

Bárbara Schorchit: O principal benefício é a geração de renda de forma sustentável. A floresta amazônica, por exemplo, é muito importante para o mundo por seus serviços ecossistêmicos, mas responde apenas por uma pequena parcela do PIB brasileiro.

A indústria de prospecção, quando (atuando de forma) ética e em conformidade com leis e regulamentos, é um exemplo direto de como gerar valor com a conservação das florestas. Muitas pessoas ainda não sabem que boa parte de seus cosméticos, medicamentos e outros produtos são desenvolvidos a partir de recursos naturais.

Quando uma empresa encontra uso comercial na biodiversidade, vai querer voltar a explorar e, em muitos casos, pode criar uma economia de cultivo e extração responsável com as comunidades locais.

Outro fator que está crescendo é a demanda do consumidor por saber a origem de seu produto vem e quão responsável é a produção. Por isso, muitas empresas, mesmo operando em países que ainda não ratificaram o Protocolo de Nagoya, estão participando de mecanismos semelhantes de repartição de benefícios e uso responsável da biodiversidade. Sistemas como o nosso permitem ao consumidor identificar a origem dos produtos e a distribuição dos benefícios.

ONU Meio Ambiente: Quais os próximos passos para a GENECOIN? Pretende expandir para outros países?

Bárbara Schorchit: Acho que começamos no lugar perfeito, já que o Brasil é o país com a maior diversidade biológica do mundo. Estamos trabalhando com um grande conglomerado brasileiro para acompanhar sua cadeia de suprimento a partir de sua reserva na Mata Atlântica.

Os próximos passos serão trazer outras empresas de diferentes setores que também desejam usufruir da biodiversidade brasileira de forma sustentável, transparente e em conformidade com as leis. Após construirmos um panorama robusto das diferentes demandas, pretendemos levar o sistema para outras legislações e até mesmo criar um

ofício de blockchain para o protocolo de Nagoya, que atenda aos parâmetros do acordo global.

ONU Meio Ambiente: Você pretende incorporar tecnologias como a inteligência artificial em seus sistemas?

Bárbara Schorchit: Com certeza. Já estamos olhando para elas e tenho estudado aprendizagem automática (machine learning, em inglês) para melhorar a automatização das operações. Outra coisa que estamos estudando, a longo prazo, é a criação de um banco de dados digital descentralizado que não dependa de um administrador e que permita que empresas, institutos de pesquisa, universidades e governos possam ver de onde vem um genoma. Para criar isso, precisaremos de muitas outras tecnologias, como a inteligência artificial.

ONU Meio Ambiente: Que conselhos daria a jovens mulheres que desejam se tornar empreendedoras sustentáveis?

Bárbara Schorchit: Penso em três conselhos: abrace sua ideia, conte-a ao mundo e mantenha seu foco. Fiquei impressionada com a forma como as pessoas inteligentes foram atraídas por minha ideia e quiseram ajudar. Quando as ideias promovem benefícios sociais e ambientais, as pessoas ficam mais dispostas a ajudar, a fazer parcerias e a espalhar a palavra, atraindo talentos e parceiros comerciais. Portanto, abrace sua ideia e conte a todos à sua volta.

FONTE: <https://www.unenvironment.org/pt-br/noticias-e-reportagens/story/barbara-schorchit-brasileira-e-finalista-em-premio-da-onu-com>



Reino Unido: Estudo revela ligações entre eventos climáticos extremos e problemas de saúde mental

Pessoas cujas casas são danificadas por tempestades ou inundações têm uma probabilidade significativamente maior de sofrer problemas de saúde mental, como depressão e ansiedade, segundo uma nova pesquisa.

Os cientistas dizem que as mudanças climáticas provavelmente aumentarão a frequência e a intensidade de tempestades e inundações no Reino Unido.

O estudo, liderado pela Universidade de York e pelo Centro Nacional de Pesquisa Social, descobriu que o risco para a saúde mental associado à ocorrência de danos

causados pelo clima em sua casa é semelhante ao risco para a saúde mental associado à vida em uma área desfavorecida.

As pessoas com casas danificadas pelo clima têm maior probabilidade de apresentar problemas de saúde mental, mesmo quando os danos são relativamente pequenos e não os forçam a deixar suas casas, sugere o estudo.

Das Alterações Climáticas

Com os cientistas dizendo que a mudança climática provavelmente aumentará a frequência e a intensidade de tempestades e inundações no Reino Unido, o planejamento de emergência para condições climáticas extremas precisa incluir apoio à saúde mental das pessoas afetadas, concluem os pesquisadores.

Os pesquisadores analisaram dados de uma grande pesquisa nacional de saúde mental chamada Pesquisa de Morbidade Psiquiátrica para Adultos (APMS). O APMS é a principal fonte de informações sobre a saúde mental das pessoas que vivem na Inglaterra e avalia os transtornos mentais usando critérios de diagnóstico.

O trabalho de campo da pesquisa ocorreu ao longo de 2014 e incluiu uma pergunta que perguntou aos participantes se sua casa havia sido danificada pelo vento, chuva, neve ou inundação nos seis meses anteriores à entrevista - este período incluiu dezembro de 2013 a março de 2014, que registrou fortes tempestades de inverno e inundações extensas no Reino Unido.

Fatores de risco

Mais de 4,2 milhões de alertas de inundação foram emitidos e mais de 10.000 propriedades residenciais foram inundadas nesses meses.

Levando em consideração outros fatores conhecidos por aumentar o risco de problemas de saúde mental - como desvantagens sociais, dívidas e problemas de saúde física - os pesquisadores descobriram que as pessoas que sofreram danos causados por tempestades e inundações em suas casas tinham cerca de 50% mais chances de sofrer mais. saúde mental.

A principal autora do estudo, a [professora Hilary Graham](#), do [Departamento de Ciências da Saúde](#) da Universidade de York, disse: "Este estudo mostra que a exposição a eventos climáticos extremos ou até moderados pode resultar em 'baixas psicológicas' com impactos significativos na saúde mental .

"Isso reflete o enorme impacto que as tempestades e as inundações têm na vida das pessoas, pois além dos danos físicos a residências e empresas, há o dano emocional à sensação de segurança que muitas pessoas obtêm de suas casas".

Aumento de temperatura

Prevê-se que o número de propriedades expostas a pelo menos um risco de inundação de 1 em 75 anos aumente 41% sob um aumento de temperatura de 2 ° C e 98% sob um aumento de temperatura de 4 ° C.

O professor Graham acrescentou: “Com os eventos climáticos extremos em ascensão devido às mudanças climáticas, as políticas ambientais e de saúde precisam ser muito mais próximas. Isso significa reconhecer que as políticas de proteção contra inundações também são políticas de proteção à saúde e que proteger melhor as comunidades contra inundações também é um investimento para proteger sua saúde mental.

Julie Foley, diretora de estratégia de risco de inundação e adaptação nacional da Agência Ambiental, disse: “O impacto das inundações nas pessoas é devastador e pode durar muito tempo depois que as águas das inundações desaparecerem. As pessoas podem ficar fora de casa por meses ou até anos, e os impactos são ainda maiores se as empresas, escolas e rotas de transporte forem afetadas. Esta pesquisa destaca como as consequências das inundações podem ter um impacto significativo no bem-estar da saúde mental.

"Nossas defesas contra inundações aumentam a proteção para milhares de residências em todo o país, mas nunca podemos eliminar completamente o risco de inundação, e é por isso que é crucial saber como se proteger quando atinge".

FONTE:<https://www.york.ac.uk/news-and-events/news/2019/research/extreme-weather-events-poor-mental-health/>

FONTE:<https://www.mdpi.com/1660-4601/16/18/3256>



Assembleia Geral aprova resolução sobre cooperação com Comunidade dos Países de Língua Portuguesa



Bandeiras dos países-membros da CPLP na sede da ONU, em Nova Iorque. Foto: ONU News/Alexandre Soares

A Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou nesta quinta-feira (12), por aclamação, uma resolução sobre cooperação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). O documento foi apresentado por 17 países. Além dos Estados-membros da CPLP, Espanha, França e Venezuela assinaram a proposta.

A resolução foi apresentada pelo representante permanente de Cabo Verde junto à ONU, José Luís Rocha. Em entrevista à ONU News, o embaixador explicou a importância da iniciativa.

“É reafirmar a importância da cooperação regional, do capítulo 8º da Carta das Nações Unidas, através da qual as Nações Unidas estabelecem relações com organizações regionais com os mesmos objetivos, neste caso, estamos falando de direitos humanos, desenvolvimento sustentável, erradicação da pobreza, paz.”

Em seu discurso, o embaixador lembrou que a CPLP oficializou sua relação com a ONU há 20 anos, quando a Assembleia Geral aprovou seu estatuto de observador em 18 de novembro de 1999.

O representante de Cabo Verde, país que tem nesse momento a presidência da CPLP, afirmou que a língua portuguesa contribui para o reforço do multilinguismo à escala planetária, um tema acolhido pelas Nações Unidas.

Na resolução, os Estados-membros reconhecem a relevância da língua portuguesa nas relações internacionais, dizendo que esta “unifica mais de 278 milhões de pessoas em nove países e quatro continentes”.

O documento destaca o compromisso da CPLP em resolver questões universais como segurança alimentar, promoção e proteção dos direitos humanos e igualdade de gênero.

A resolução também lembra a 12ª Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Portuguesa, que aconteceu em Santa Maria, Cabo Verde, em julho de 2018. O tema do evento foi “O povo, a cultura e os oceanos”.

Durante o encontro, a CPLP deu o estatuto de observador a oito novos países e instituições, como Andorra, Argentina, Chile, França, Itália, Luxemburgo, Sérvia, Reino Unido e Organização dos Estados Ibero-americanos de Educação, Ciência e Cultura.

A resolução reconhece “o impacto de eventos climáticos extremos e a importância da assistência humanitária prestada recentemente a países da comunidade”. O texto dá o exemplo de Moçambique, que foi afetado por dois ciclones no início do ano, e Cabo Verde, que está sendo atingido por secas extremas.

A esse respeito, o documento “ênfatiza a necessidade de uma abordagem articulada e multidisciplinar em resposta a esses fenômenos, a fim de fortalecer as capacidades nacionais e abordar suas consequências de maneira rápida e eficaz.”

Paz e segurança

Em relação à cooperação na área da construção e manutenção da paz, a resolução destaca que é importante “aumentar sinergias e garantir a coerência e complementaridade desses esforços”.

Sobre Guiné-Bissau, a resolução defende ser necessário “continuar a tomar medidas concretas rumo a paz, segurança e estabilidade política”, segundo o Acordo de Conacri, assinado em 14 de outubro de 2016. O documento também ênfatiza o “apoio contínuo da comunidade internacional” a esse país.

Segundo a resolução, o Escritório Integrado de Construção da Paz das Nações Unidas na Guiné-Bissau tem tido um papel importante na promoção do diálogo, na consolidação da ordem constitucional, na implementação de reformas e no combate ao narcotráfico e à impunidade.

FONTE: <https://news.un.org/pt/story/2019/09/1686672>



Relatório da ONU diz que progresso rumo aos objetivos globais está em perigo

O atual modelo de desenvolvimento global ameaça reverter anos de progresso caso as estratégias não mudem drasticamente, concluiu um grupo independente de cientistas em relatório lançado nesta quarta-feira (11).

O documento estará no centro das discussões da cúpula das Nações Unidas sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), no fim deste mês.

O agravamento das desigualdades e os danos potencialmente irreversíveis ao meio ambiente do qual todos dependemos exigem uma ação concertada, insistiu o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais (DESA) da ONU, em comunicado sobre o relatório, elaborado por 15 especialistas indicados pelas Nações Unidas.

“Ainda é possível alcançar o bem-estar humano e erradicar a pobreza na Terra — cuja população deverá atingir 8,5 bilhões de pessoas até 2030”, destacaram os especialistas. Eles afirmaram, no entanto, que isso só ocorrerá se “houver uma mudança fundamental — e urgente — no relacionamento entre pessoas e natureza”.

O relatório [“O futuro é agora: ciência para alcançar o desenvolvimento sustentável”](#) apontou para a necessidade de compreender a relação entre os ODS e os “sistemas concretos que hoje definem a sociedade” para elaborar um plano com o objetivo de reduzir a instabilidade global.

Encomendado pelos países para avaliar o progresso da Agenda 2030, adotada em 2015 pela comunidade internacional, o Relatório Global sobre Desenvolvimento Sustentável (GDSR, na sigla em inglês) é composto por pesquisas sobre descobertas científicas relacionadas a temas como meios de subsistência oceânicos, consumo sustentável, produção, gerenciamento de riscos de desastres, entre outros.

Recomendações baseadas na ciência

O atual modelo de desenvolvimento gerou prosperidade para “centenas de milhões”, disseram os cientistas, mas isso ocorreu às custas de recursos naturais e de uma crescente desigualdade que mina o crescimento global.

A estratégia de impulsionar economias por meio do aumento do consumo, por exemplo, está esgotando os recursos do planeta e criando subprodutos tóxicos.

Mantida a taxa atual de consumo global, o uso de recursos deve quase dobrar entre 2017 e 2060, passando de 89 gigatoneladas para 167 gigatoneladas, resultando em níveis aumentados de emissão de gases de efeito estufa e outros efeitos tóxicos da extração de recursos, disseram os especialistas.

O *status quo* deve mudar, disseram os cientistas, a fim de evitar mais perdas em “coesão social e crescimento econômico sustentável”, reduzindo as perdas de biodiversidade e salvando um “mundo próximo do limite do sistema climático global”.

Para que isso aconteça, todos os setores devem se unir em ações coordenadas, recomendou o relatório. Aumentar o investimento em ciência para a sustentabilidade é uma abordagem fundamental, assim como reconhecer que a conquista dos ODS exige que o crescimento econômico seja separado da degradação ambiental, ao mesmo tempo em que reduz desigualdades.

Os especialistas observaram que “a ampla transformação necessária não será fácil, e o relatório sugeriu que é necessário um profundo conhecimento científico para antecipar e mitigar as tensões e compensações inerentes a mudanças estruturais generalizadas”.

Pontos centrais de intervenção

Segundo o relatório, existem 20 pontos de intervenção que podem ser usados para acelerar o progresso em direção a várias metas e objetivos nos próximos dez anos.

Um deles é a oferta de serviços básicos, que devem ser disponibilizados universalmente — saúde, educação, infraestrutura de água e saneamento, habitação e proteção social — como pré-requisito para eliminar a pobreza.

Outros pontos incluem acabar com a discriminação legal e social e impulsionar sindicatos, organizações não governamentais, grupos de mulheres e outras comunidades, que serão parceiros importantes nos esforços para implementar a Agenda 2030, disseram os especialistas.

Sistemas ineficientes de alimentos e energia estão privando cerca de 2 bilhões de pessoas em segurança alimentar, enquanto 820 milhões estão desnutridos e 2 bilhões de adultos estão acima do peso. Os processos de produção de alimentos estão causando severo impacto ambiental.

A transição para sistemas de energia renovável pode ajudar a reduzir o número de 3 bilhões de pessoas que dependem de combustíveis poluentes para cozinhar e a evitar mortes prematuras, estimadas em 3,8 milhões por ano, disseram os especialistas.

Enquanto isso, há um déficit de acesso à energia elétrica de 1 bilhão de pessoas no mundo. O aumento no suprimento de energia renovável na última década provocou queda nos preços das tecnologia de combustíveis limpos — uma baixa de cerca de 77% para energia solar e de 38% para energia eólica em terra.

Com cerca de dois terços da população global projetada para morar nas cidades até 2050, os especialistas disseram que para alcançar a Agenda 2030 serão necessárias áreas urbanas “mais compactas e eficientes”, com infraestrutura baseada na natureza — enquanto os serviços e recursos do ecossistema “devem ser protegidos”.

O que os cientistas chamam de “bens ambientais globais” — florestas tropicais, oceanos e atmosfera — precisam do apoio de governos, atores internacionais e do setor privado para garantir boas práticas.

O relatório completo e suas recomendações serão apresentados durante o Fórum Político de Alto Nível na Cúpula dos ODS de 2019 que reunirá chefes de Estado e de governo em Nova Iorque nos dias 24 e 25 de setembro.

FONTE: <https://sustainabledevelopment.un.org/globalsdreport/2019>

EVENTOS



GIRD 2019 - Giornata Internazionale for the Riduzione dei Disastri

GIRD 2019 - Giornata Internazionale for the Riduzione dei Disastri é o maior evento sobre redução de risco de desastres na Itália. Organizado pelo Corpo Italiano de San

Lazzaro, o painel de alto nível será um ponto de encontro para instituições, especialistas do setor de proteção civil e cidadãos.

No espírito do IDDR das Nações Unidas, o evento GIRD 2019 promoverá a disseminação de boas práticas e a implementação de uma cultura de prevenção e proteção dos direitos fundamentais, contribuindo para a redução de riscos.

O GIRD 2019 visa apoiar a necessidade de maior prevenção e proteção do território e de seus cidadãos, informar sobre as iniciativas-quadro da ONU e estabelecer as bases para uma colaboração cada vez mais estreita em vários níveis do problema de desastres. O tema deste ano é a mudança climática.

Entre outros, o evento recebeu o patrocínio das seguintes instituições: Comissão Europeia na Itália, Conselho Nacional de Pesquisa, Instituto Nacional de Geofísica e Vulcanologia, Agência Nacional Italiana de Novas Tecnologias, Energia e Desenvolvimento Econômico Sustentável.

O evento está aberto a todos.

FONTE: <https://www.csli-italia.org/gird-2019.html>



Simulado de mesa da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Americana



Hoje, 16/9, a Defesa Civil do Estado, juntamente com a CPFL Renováveis e as defesas civis municipais dos municípios abrangidos pela mancha de inundação de possível rompimento da barragem da PCH Americana, realizou Simulado de Mesa para ajustar protocolos e procedimentos a serem adotados durante o Simulado de Emergência, que acontecerá em 18/9, em que será testada a comunicação e atuação entre empreendedor e sistemas municipais de proteção e defesa civil, bem como por parte dos órgãos de emergência

FONTE: <http://www.defesacivil.sp.gov.br/simulado-de-mesa-da-pequena-central-hidreletrica-pch-americana/>

INFORMAÇÕES

PROMOTOR BRASIL

<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/Home/viewalladvocates#page-3>

CAMPINAS RESILIENTE - OBSERVATÓRIO

<https://resiliente.campinas.sp.gov.br/observatorio>

REDE DE CIDADES RESILIENTES DE LINGUA PORTUGUESA

<http://www.cidadesresilientes.net/>

INFORMATIVOS UNISDR

<http://www.eird.org/camp-10-15>

PREVENTIONWEB

<http://www.preventionweb.net/english/>

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

<http://www.mi.gov.br/web/guest/cidades-resilientes>